

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Pouantim

Class.:

215

Data:

11.84

Pg.:

13

Ex-presidente da Funai lesou Kadiwéu e Suruí

Deposto da Presidência da Funai a 19 de setembro pp, Jurandy Marcos da Fonseca não viu seu nome esquecido pela imprensa, no noticiário sobre a questão indígena. Da própria Funai partiram, no início de outubro, denúncias de envolvimento do ex-presidente num escandaloso caso de corrupção. Entre as várias tentativas de respostas às acusações, Jurandy conseguiu dar uma declaração confiável: "Fiz apenas o que vários outros presidentes já fizeram". A denúncia do envolvimento na fraude de renovação de contratos de arrendamento das terras kadiwéu, em Mato Grosso do Sul, foi apresentada pelo procurador jurídico da Funai, Irineu Oliveira. Ele mostrou à imprensa, dia 4 de outubro, documentos que implicam Jurandy, o deputado federal malufista Albino Coimbra (PDS-MS) e seu irmão Jasan de Castro Coimbra. Os papéis comprovam que, para Fonseca assinar os contratos de arrendamento de 84 fazendas, somando 300 mil hectares, dentro das terras indígenas, os pecuaristas arrendatários pagaram a propina de Cr\$ 500 por hectare, totalizando Cr\$ 150 milhões. O valor foi pago em cheques ao portador, entregues a Jasan Coimbra e não depositados na conta da Funai.

Os arrendamentos, feitos por mais cinco anos, além de serem ilegais, pois ferem o Estatuto do Índio, foram renovados "ao preço vil de Cr\$ 430 por hectare", segundo o procurador. Ele baseou a denúncia no confronto entre a portaria assinada por Jurandy, que foi retirada dos arquivos da Funai, com os contratos de arrendamento de quatro arrendatários já falecidos e o depoimento de oito fazendeiros, além de comprovantes de cheques entregues ao irmão do deputado malufista.

No dia seguinte às denúncias do procurador, sete líderes Kadiwéu estiveram em Brasília e entregaram um relatório à Funai, onde enumeram as irregularidades existentes nos arrendamentos. Só alguns dias antes descobriram a falcatura, pois foram a algumas fazendas, instaladas no território deles, avisar os arrendatários que teriam de desocupar a área na data do vencimento de cada contrato, conforme combinado com a Funai. Os Kadiwéu foram dizer que não haveria renovação, como há 14 anos vem ocorrendo, desde que a Funai decidiu arrendar 90% da área dos índios. Mas tiveram uma surpresa: os fazendeiros se recusaram a conversar com eles e mostraram os novos contratos.

deiros se recusaram a conversar com eles e mostraram os novos contratos.

Ainda no dia 5, o novo presidente da Funai, Nelson Marabuto, assinou a portaria, anulando todos os contratos, conforme exigiram os líderes Kadiwéu. Marabuto afirmou que iria acionar, na semana seguinte, a comissão de inquérito administrativo, instaurada dia 24 de setembro, para apurar todas as irregularidades nos arrendamentos. Disse que demitiria os implicados assim que fosse comprovada a culpa, após prestarem depoimento à comissão. Não excluiu a possibilidade de demitir o ex-presidente, que gozava férias naquele mês, e será um dos primeiros depoentes.

No dia seguinte às declarações sobre o arrendamento ilegal, a Procuradoria Jurídica da Funai informou que estava preparando novo dossiê com denúncias que devem envolver Jurandy por ter autorizado "verbalmente" a derubada de madeira de lei na reserva indígena dos Suruí, em Rondônia. A denúncia havia sido feita também por Mário Juruna e constava em um relatório entregue recentemente ao órgão pela antropóloga Beth Mindlin, que trabalha na região. Juruna afirmou que Fonseca teria sido subornado por Cr\$ 30 milhões para permitir o roubo da madeira dos Suruí.

Diante das duas denúncias de corrupção, Jurandy Fonseca só teve uma resposta para desmentir os fatos: "Estas acusações são causadas por minha simpatia pela candidatura de Paulo Maluf".

Ainda no início de outubro, dia 2, o superintendente da Funai, Gerson da Silva Alves, anunciou aos jornais a demissão de 13 funcionários, dizendo que era "o início do processo de reformulação do órgão e a redução da folha de pagamento sobrecarregada". Nesta lista estavam incluídos os nomes dos irmãos Cláudio e Orlando Villas Boas, que vivem em São Paulo e recebem, cada um, Cr\$ 2.460.000 por mês para desempenharem o papel de "assessores 3", ou seja, fazerem nada. Mas o ministro do Interior, Mário Andreazza, tornou a demissão dos dois sem efeito, através de um telegrama enviado a Nelson Marabuto. Vão-se alguns peixes pequenos, restam tubarões e muitas arraias médias e miúdas que só servem para atrapalhar a vida dos índios.